

Vinculação do mínimo deve consumir 56% dos ganhos com a reforma

Contas públicas Indexação

# Vinculação do mínimo consumirá mais da metade da reforma da Previdência

— Cálculos apontam impacto de R\$ 638 bi no INSS em uma década, valor equivalente a 56% da economia estimada para o período; concessão de BPC também está em alta

ALVARO GRIBEL  
MARIANA CARNEIRO  
BRASILIA

A política de valorização do salário mínimo e sua vinculação aos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vão corroer mais da metade dos efeitos esperados com a reforma da Previdência aprovada em 2019. Pelas contas do economista Fabio Giambiagi, do FGV/IBRE, o aumento do mínimo associado ao crescimento do PIB deve provocar uma alta de despesas de R\$ 638 bilhões nos próximos dez anos — consumindo cerca de 56% da economia de R\$ 1,136 trilhão prevista com reforma no mesmo período, atualizada pela inflação.

“Com a nova regra do salário mínimo, o Brasil desfez, com uma penada, e sem uma única conta de avaliação prévia que justificasse a nova política, mais da metade de uma reforma que custou 25 anos de debates para que pudesse amadurecer a ponto de ser aprovada”, diz Giambiagi.

## Nova previsão Governo reajustou os gastos na Previdência Social neste ano em R\$ 4,9 bilhões

Os gastos com a Previdência voltaram a ser assunto em razão do forte aumento de despesas na área. Na terceira revisão bimestral de receitas e despesas, divulgada na segunda-feira da semana passada, o governo informou que prevê gastar mais R\$ 4,9 bilhões com a Previdência e R\$ 6,4 bilhões com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) — pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda — neste ano em relação às projeções do relatório anterior.

A reforma da Previdência aprovada em 2019, na gestão Jair Bolsonaro, instituiu idades mínimas para aposentadoria de 62 anos para mulheres e 65 anos para homens. O tempo mínimo de contribuição foi estipulado em 20 anos para ho-

mens e 15 anos para mulheres.

O secretário do Regime Geral de Previdência Social, Adroaldo da Cunha Portal, afirmou que os cálculos de Giambiagi são parecidos com os do governo, mas a despesa faz parte da estratégia do governo de combater a pobreza na velhice (mais informações na pág. B2).

“Tudo que se imaginava com a reforma da Previdência está acontecendo. Não há nada de errado com o texto que foi aprovado, as contas estavam certas. A novidade foi a volta da política de valorização do salário mínimo, com efeitos sobre a Previdência e também sobre o BPC”, afirmou Giambiagi.

Em abril do ano passado, o governo Lula definiu que o mínimo fosse corrigido anualmente pela inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) consolidado de dois anos atrás.

**EM ALTA.** Segundo Giambiagi, o grande problema é a dinâmica de alta que as despesas da Previdência adquiriram com a retomada da política de reajuste do salário mínimo. As despesas do INSS estão hoje em torno de R\$ 920 bilhões por ano, sendo que cerca de 43% desse valor (R\$ 395 bilhões) está indexado ao salário mínimo. Já o BPC tem gastos de R\$ 105 bilhões anuais e está totalmente vinculado ao mínimo.

“Colocando como hipótese o crescimento do ano passado e mais as projeções do mercado para o PIB, em torno de 2%, os gastos com Previdência e BPC sobem mais de R\$ 10 bilhões por ano e chegam a R\$ 638 bilhões entre 2025 e 2034. O arcabouço fiscal tem uma regra coerente, que é fazer a despesa crescer a 70% (do aumento) da receita. Mas essa regra do salário mínimo é totalmente inconsistente com a regra do arcabouço”, explicou.

Na sexta-feira, o governo editou duas portarias para iniciar um pente-fino no BPC, com revisão de cadastros e combate a fraudes. Os beneficiários que não estão inscritos no CadÚnico ou com cadastro desatualizado terão até 90 dias para regula-

“Com a nova regra do salário mínimo, o Brasil desfez mais da metade de uma reforma que custou 25 anos de debates”

“Não há nada de errado com o texto (da reforma da Previdência). A novidade foi a volta da política de valorização do salário mínimo”

Fabio Giambiagi  
Economista

rizar a situação. Além disso, o governo vai fortalecer a análise de cadastros irregulares, com identificação biométrica e cruzamentos mensais de dados.

Paulo Tafner, presidente do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, e que divide com Giambiagi a autoria do livro *A Reforma Inacabada – O futuro da Previdência Social no Brasil*, lançado em junho, afirma que a vinculação do reajuste do salário mínimo aos benefícios da Previdência é o principal motivo para o forte aumento de gastos.

“Na questão dos gastos previdenciários, tudo conta. Aposentadorias, por tempo ou invalidez; pensões; e benefícios assistenciais de prestação continuada (BPC). E tudo cresce — uns mais que outros, mas todos afetados pela política irresponsável de aumento real (acima da inflação) do salário mínimo”, afirmou Tafner. “Não pelo aumento em si, mas pelo fato de ele indexar esses benefícios.” ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1